

## CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Lula Marques/Agência Brasil



Nem Lira nem Pacheco defenderão quem se envolveu

## Para Lira e Pacheco, 8 de janeiro é divisor de águas

Tanto o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), quando o do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), mandaram recados a interlocutores a respeito de novas investigações que envolvam parlamentares. Para ambos, o 8 de janeiro é um divisor de águas. Deputados e senadores que, no curso das investigações, se verifique que estão diretamente envolvidos com a invasão dos prédios dos três poderes

da República e a sua depredação, não terão o amparo dos comandantes do Congresso. Responderão pelos atos que eventualmente cometeram. Quem imagina atos de desagravo vindos de Lira e Pacheco em defesa de deputado ou senador que for investigado vai esperar sentado. Ainda que a visão pessoal do que aconteceu no dia 8 de janeiro do ano passado divirja com relação a Lira e Pacheco.

## “Baderna”

Embora tenha alegado problemas de saúde na família para faltar ao evento de aniversário do 8 de janeiro, essa divergência de visão é que explica a ausência de Lira. Para ele, o quebra-quebra dos prédios dos poderes foi “baderna”, e não uma tentativa de golpe.

## Chocado

Mas, da mesma forma como os demais presidentes dos poderes, Lira ficou chocado com a destruição que viu quando chegou a Brasília naquele dia. Toda apuração, toda investigação, para encontrar os responsáveis precisa acontecer. E vínculos concretos punidos.

Joédson Alves/Agência Brasil



A destruição chocou os comandantes do Congresso

## Quem foi “grampeado” pressiona Pacheco

No caso da primeira investigação contra o deputado Carlos Jordy (PL-RJ), isso já explica seu silêncio e nenhuma adesão ao ato de apoio que a oposição organizou na quinta-feira. No caso agora de Alexandre Ramagem (PL-RJ), ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (ABI), uma outra pressão está sendo somada. Por enquanto envolvendo mais

senadores que deputados. Diante da desconfiança de que políticos podem ter sido investigados pela Abin, como aponta o despacho do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes que autorizou a operação da Polícia Federal, os parlamentares querem saber quem teria sido “grampeado”. E pressionam Pacheco.

## Valdemar

O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, fez pressão sobre Pacheco nesse sentido e acabou levando uma invertida. Pacheco resolveu partir de forma mais pessoal sobre Valdemar, apontando dubiedades: preside o partido de Jair Bolsonaro mais ensaia elogios a Lula.

## STF

Na nota, Pacheco, porém, aponta por onde pode ajudar: o limite aos poderes do STF. Nesse ponto, o presidente do Senado converge com a oposição, e já deu demonstrações. Pacheco cobra Valdemar: que organize, então, a oposição para aprovar esses projetos.

## Alagoas

No caso de Lira, é preciso levar em conta que ele tem outro desafio pela frente além do comando do Centrão e dos conservadores na Câmara: a continuação de seus projetos políticos em Alagoas. Lira disputa ali ferrenhamente o comando com o clã dos Calheiros, governista.

## Vantagem

Em 2022, Lula venceu Bolsonaro em Alagoas. Teve 58,68% dos votos, contra 41,32%. Ganhou em 89 das 102 cidades. Mas perdeu em Maceió, onde Lira tem o prefeito, conhecido por JHC (PL). Na disputa municipal, Lira quer manter Maceió, mas tem que cuidar do resto.

## Investigação de Ramagem movimentou mundo político

Deputado da oposição dirigiu Abin no governo anterior

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

Por Gabriela Gallo

Após as investigações contra o líder da oposição na Câmara dos Deputados, Carlos Jordy (PL-RJ), parlamentares da oposição acordaram com outro nome sob investigação. Nesta quinta-feira (25), a Polícia Federal (PF) deu início à Operação Vigilância Aproximada, que tem como principal alvo o deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ). A operação foi autorizada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes.

A nova operação da PF dá continuidade à Operação Última Milha, deflagrada em outubro de 2023, que investigava se a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) teria usado software israelense ‘FirstMile’ para espionar, de maneira ilegal, agentes políticos e jornalistas. A investigação visa comprovar, analisar e descobrir como de fato o aparelho israelense foi utilizado. Ramagem foi diretor-geral da Abin em 2019, durante o governo de Jair Bolsonaro (PL) e é investigado pela polícia se continuou recebendo informações da Abin, mesmo após deixar o cargo.

A PF apreendeu ao menos seis celulares e quatro notebooks nos endereços ligados à Ramagem, em sua residência e seu gabinete. Moraes determinou o afastamento de sete policiais federais suspeitos de colaborar na espionagem, porém, negou o pedido da Polícia em afastar temporariamente do mandato o deputado.



Ramagem nega as acusações da Polícia Federal contra ele

## Estrutura paralela

“As provas obtidas a partir das diligências executadas pela Polícia Federal à época indicam que o grupo criminoso criou uma estrutura paralela na Abin e utilizou ferramentas e serviços daquela agência de inteligência do Estado para ações ilícitas, produzindo informações para uso político e midiático, para a obtenção de proveitos pessoais e até mesmo para interferir em investigações”, afirmou a PF por meio de nota.

Dentre as principais autoridades que teriam sido monitoradas pela Abin estão, segundo a Polícia Federal: o ministro da Educação e então governador do Ceará, Camilo Santanna; os ministros do STF Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes; e então presidente da Câmara dos Deputados Rodrigo Maia,

e a então deputada federal Joice Hasselmann, ex-aliada que depois tornou-se opositora de Jair Bolsonaro.

Ainda segundo os agentes federais, quem teria se beneficiado dessa investigação seriam os filhos do ex-presidente o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), que supostamente teria um relatório preparado pela Abin para auxiliar em sua defesa, e Jair Renan Bolsonaro. Apesar de não estar no campo político, o relatório da PF aponta que o filho mais novo de Bolsonaro teria se aproveitado da Abin para receber informações relacionadas a investigação da PF sobre suposto tráfico de influência que o envolveria.

## Ramagem defende-se

Em sua defesa, Ramagem lembra que o equipamento israelense de monitoramento não

## Autoridades reagem à operação feita pela Polícia Federal

Jeferson Rudy/Agência Senado

Por Ana Paula Marques e Gabriela Gallo

A operação da Polícia Federal (PF) “Vigilância Aproximada” gerou repercussão entre autoridades e políticos brasileiros. A PF investiga um suposto esquema de espionagem ilegal da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) contra autoridade e políticos. O alvo da operação é o agora deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ), que entre julho de 2019 e março de 2022 foi diretor-geral da Abin durante o governo de Jair Bolsonaro (PL).

O deputado e sete policiais federais são suspeitos de monitoramento ilegal, que envolvia o uso do software “First Mile”, ferramenta de geolocalização que permite identificar as movimentações de pessoas por meio de celulares. Segundo a PF, o esquema monitorou celulares de servidores públicos, políticos, policiais, advogados, jornalistas e ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), acusado de ter sido beneficiado pelo esquema de espionagem, negou ter recebido informações da Abin. Em entrevista à CNN, o parlamentar afirmou que a alegação é um “absurdo completo”.

“Jamais recebi isso, eu nunca vi esse suposto relatório, isso não foi usado por mim em momento algum durante toda a minha defesa”, afirmou o senador.

Nesta quinta-feira (25), o senador que assumirá o comando da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência da Casa, Renan Calheiros (MDB-AL), declarou que irá solicitar a íntegra do inquérito que resultou na operação. O senador Omar



Flávio nega ter sido ajudado pela Abin

Aziz (PSD-AM) afirmou que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), “tem a obrigação” de solicitar a relação de políticos e outras figuras do poder que foram alvos de espionagem pela Abin.

## Defesa

Parlamentares de oposição ao governo Lula usaram o antigo Twitter, agora “X”, para se pronunciar sobre a operação da PF. O senador Magno Malta (PL-ES) alegou que a operação se trata de uma “perseguição política implacável contra” o deputado federal e a família dele.

A senadora Damares Alves (Republicanos-DF) também usou suas redes sociais para comentar o caso, lembrando que há menos de uma semana o líder da oposição na Câmara dos Deputados, Carlos Jordy (PL-RJ), também foi alvo de uma operação da PF. “Mais um parlamentar de oposição tem o gabinete

revirado por uma operação de busca e apreensão. Novamente, um parlamentar que é pré-candidato nas eleições municipais deste ano. As lideranças do Congresso Nacional precisam reagir a esse tipo de quebra de prerrogativas parlamentares sem precedentes na história do Brasil”, escreveu a senadora.

O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, disse que a operação é uma perseguição ao partido por causa da presença do ex-presidente Jair Bolsonaro na sigla. “Esse negócio de ficar entrando nos gabinetes é uma falta de autoridade do Congresso Nacional. Rodrigo Pacheco [presidente do Congresso] deveria reagir e tomar providências. Isso é pura perseguição e pode acabar elegendo o Ramagem com mais facilidade no Rio de Janeiro”, disse Valdemar.

A declaração de Costa Neto provocou reação de Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que, apesar de não citar nomes, respondeu ao

foi adquirido por ele, mas antes no governo de Michel Temer. “A tal ferramenta foi adquirida em 2018, portanto antes do governo de Jair Bolsonaro. Lá na aquisição, a ferramenta teve parecer técnico favorável da AGU [Advocacia Geral da União], que é independente. Quando nós ingressamos na ABIN no meio de 2019 fizemos auditoria em todos os contratos. Ainda fizemos correções na corregedoria que é independente, autônoma e avaliada pela CGU [Controladoria-Geral da União]”, reforçou o parlamentar.

A previsão era que Ramagem, que também é pré-candidato à Prefeitura do Rio de Janeiro, prestasse depoimento ainda na quinta-feira na sede da Polícia Federal, em Brasília. Porém, a assessoria de comunicação do parlamentar informou que ele “está se inteirando da investigação e só vai depor e se pronunciar depois que estiver ciente de tudo”.

Em entrevista à Globonews na quinta-feira, o ex-diretor da Abin negou as acusações e reforçou que não foi intimado a prestar depoimento à PF, portanto ele não era obrigado a dar suas explicações. Ele ainda afirmou que a Polícia Federal nunca teve acesso às senhas do sistema israelense e negou a relação direta dele em suposta proteção ao clã Bolsonaro.

“Quando eu tive acesso ao parecer do MP [Ministério Público] e a decisão judicial, o que nós vemos é uma salada de narrativas, inclusive antigas e já superadas, colocadas para imputar criminalmente no nome da gente [oposição] sem qualquer conjunto probatório”, acusou Ramagem.

presidente do PL nas redes sociais. “Difícil manter algum tipo de diálogo com quem faz da política um exercício único para ampliar e obter ganhos com o fundo eleitoral e não é capaz de organizar minimamente a oposição para aprovar sequer a limitação de decisões monocráticas do STF”, escreveu o parlamentar.

## Escândalo

No outro lado, as autoridades da base governista declaram que a operação deflagra “um dos maiores escândalos da história da República”. A presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR) declara que a investigação comprova o envolvimento do ex-presidente Bolsonaro.

“O inquérito da PF e do STF comprova que Jair Bolsonaro e seus cúmplices nunca tiveram limites para grampear, perseguir e usar instituições de estado contra seus adversários. É apenas a ponta de um novo que envolveu dezenas de milhares de pessoas espiadas pelo pior presidente de todos os tempos”, descreve Hoffmann.

O senador Humberto Costa (PT-PE) defendeu que esse seria o “maior ataque às liberdades individuais que se tem notícia no país desde a ditadura militar” e solicitou um posicionamento do Congresso Nacional.

O ex-ministro da Justiça Flávio Dino, que assumirá o STF em fevereiro, afirmou que “ninguém” tem respaldo jurídico para escolher “arbitrariamente” quem vai ser investigado ou ter a privacidade invadida. Para Dino, quando membros de uma instituição se “apropriam” dela para cometer “ilegalidades”, é necessária uma “reprovação”.